



AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM UMA PERSPECTIVA RACIAL: Uma análise crítica sobre a colonialidade do saber na educação superior

Eixo Temático: 21 - INTERSECCIONALIDADES NA AMÉRICA LATINA: RAÇA, CLASSE, IDENTIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADES ENTRE MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS / AXIS 21 - INTERSECTIONALITIES IN LATIN AMERICA: RACE, CLASS, GENDER IDENTITY, SEXUALITIES BETWEEN MEMORIES AND TRAJECTORIES (PRESENCIAL)

LIMA, Valéria Soares de 01 ¹
CAMPOS, Eude de Sousa 02 ²
MAGALHÃES, Mara Rúbia 03 ³

RESUMO

Este artigo, recorte da tese de doutorado intitulada *Relações de Gênero, Desigualdade Racial e a Política de Cotas na Educação Superior: A Universidade Estadual de Goiás* (2022), analisa as relações de gênero sob a perspectiva racial, com foco nas interseções entre raça, classe e gênero e seus impactos na vida das mulheres negras no Brasil. Fundamentado em teorias interseccionais e decoloniais, o estudo investiga como a colonialidade do saber perpetua desigualdades no ensino superior. A pesquisa, de abordagem quanti-quali, revela que, apesar das políticas afirmativas, persistem barreiras estruturais à permanência dessas mulheres na universidade.

Palavras-chave: Relações de gênero. Interseccionalidade. Colonialidade do saber. Educação Superior. Feminismo negro.

INTRODUÇÃO

As relações de gênero no Brasil e no mundo são atravessadas por marcadores como raça e classe, impactando especialmente as mulheres negras. Enquanto mulheres brancas lutavam pela emancipação doméstica, as negras já estavam inseridas no mercado

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS – MS, valeria.lima@ueg.br;

2 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO – GO, eude.sousa@ueg.br

3 Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual de Goiás – UEG/GO – GO, mara.magalhaes@ueg.br



de trabalho desde o período colonial, em condições de vulnerabilidade (Borges, 2009; Fernandes, 2021). Essa inserção, como aponta Hooks (2019), não foi conquista, mas consequência das estruturas escravocratas e racistas.

Após a abolição, a presença das mulheres negras no trabalho se intensificou, muitas vezes substituindo os homens negros excluídos dessas oportunidades. O artigo propõe analisar as dinâmicas interseccionais entre gênero, raça e classe com base em teorias interseccionais e decoloniais. Autoras como Collins e Bilge (2021) e Quijano (2005) evidenciam como essas opressões se entrelaçam e se reproduzem nas instituições sociais e educacionais. Nesse contexto, o feminismo negro tem sido essencial na resistência às estruturas coloniais e na promoção da equidade (Gomes, 2017; Carneiro, 2011).

A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, combinando revisão bibliográfica e análise crítica sobre as interseções de gênero, raça e classe, bem como a colonialidade do saber. A metodologia qualitativa aprofunda a compreensão das dinâmicas sociais e históricas (Creswell, 2013), enquanto a quantitativa permite mensurar e ampliar a análise (Dal-Farra e Lopes, 2014).

A revisão bibliográfica abrange autores como Crenshaw, Collins, Quijano e Mignolo, fornecendo uma base teórica sobre as relações de poder que moldam as experiências de mulheres negras. A análise crítica examina a aplicação das teorias da interseccionalidade e colonialidade do saber, identificando estruturas de opressão e a marginalização dos saberes afrodescendentes e indígenas (Flick, 2014).

A seleção de fontes inclui livros, artigos e pesquisas empíricas sobre desigualdades estruturais e descolonização do saber (Yin, 2017). O critério de escolha prioriza relevância e impacto acadêmico, garantindo que o estudo se apoie em contribuições significativas e atualizadas (Hart, 1998).

INTERSECCIONALIDADE E COLONIALIDADE DO SABER: PERSPECTIVAS RACIALIZADAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw e aprofundada por outras como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, é uma ferramenta analítica fundamental para compreender como estruturas de poder atravessam e moldam experiências sociais. Ao articular gênero, raça, classe e outras categorias, evidencia-se como opressões múltiplas



afetam especialmente mulheres negras, que vivenciam simultaneamente racismo e sexismo (Crenshaw, 1991; Collins e Bilge, 2021).

Na educação superior, essas opressões não se limitam às trajetórias individuais, mas estão inseridas nas próprias estruturas institucionais. As universidades, baseadas em epistemologias ocidentais e universalistas, invisibilizam saberes de grupos racializados. Collins (2019) e Lugones (2008) alertam para os limites das categorias tradicionais de análise, incapazes de abarcar tais complexidades. A colonialidade do saber (Quijano, 2005) aprofunda essa exclusão, naturalizando o pensamento eurocêntrico e deslegitimando saberes indígenas, afro-brasileiros e populares. Mignolo (2000; 2011) critica essas hierarquias, enquanto Santos (2014) propõe uma ecologia de saberes, voltada à justiça cognitiva.

As relações de gênero também foram moldadas por lógicas patriarcais e binárias, substituindo sistemas mais plurais. Segundo Oyěwùmí (2021), nas sociedades africanas pré-coloniais o gênero não era princípio central, sendo a normatização imposta pelo colonialismo. No Brasil, Fernandes (2021) destaca a marginalização das mulheres negras no meio educacional. Hooks (2019) e Quijano (2005) reforçam que o racismo estrutural ainda orienta o acesso e a produção do conhecimento.

Diante disso, a descolonização do saber torna-se uma necessidade política e pedagógica. Para Lugones (2010), é preciso desmontar as bases coloniais das relações sociais e epistêmicas; para Mignolo (2011), isso exige revisão curricular e institucional. Collins e Bilge (2016) reafirmam o papel da interseccionalidade nesse processo, enquanto Smith (1999) defende a valorização das epistemologias marginalizadas.

Refletir sobre gênero numa perspectiva racial, portanto, é essencial para compreender as desigualdades e propor caminhos de transformação. A interseccionalidade, nesse contexto, é mais que um conceito — é uma proposta de reconstrução do campo educacional com base na justiça, pluralidade e emancipação epistêmica.

DADOS EMPÍRICOS E COLONIALIDADE DO SABER: UMA LEITURA INTERSECCIONAL

Em pequeno recorte da tese defendida por Lima (2022), intitulada “*Relações de gênero, desigualdade racial e a política de cotas na educação superior: A Universidade*



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Estadual de Goiás” verifica-se que as mulheres negras no Brasil enfrentam desafios persistentes na educação superior, marcados pelas desigualdades estruturais de raça, gênero e classe. De acordo com Lima (2022), além de estarem sub-representadas em espaços de poder e decisão dentro das instituições acadêmicas, essas mulheres encontram obstáculos significativos tanto para o acesso quanto para a permanência no ensino superior.

Essa realidade é confirmada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que evidenciam disparidades significativas na inserção de negros e brancos no ensino superior em 2018, bem como na participação de mulheres negras entre os anos de 2016 e 2021. As desigualdades se mantêm em âmbito nacional, com destaque para os estados de Goiás e do Distrito Federal, onde a sub-representação da população negra nas universidades é ainda mais evidente

Quadro 01: Matrículas no Brasil, por raça/sexo e tipos de instituição, em 2018

Raça/sexo		Tipo de instituições	
		Públicas	Particulares
Homens	Negros	48,2%	52,3%
	Branco	47,4%	42,0%
Mulheres	Negras	50,3%	46,6%
	Branca	48,2%	58,0%

Fonte: IBGE (2020). Dados retirados da tese de doutorado, 2022.

Quadro 02 - Taxa de matrícula por curso frequentado na educação superior, por cor ou raça

Brasil e Unidade da Federação	Ano, Cor ou raça							
	2016		2017		2018		2019	
	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda	Branca	Preta e parda
Brasil	33,5%	16,8%	32,9%	16,7%	36,1%	18,3%	35,7%	18,9%
Goiás	35,3%	22,4%	35,5%	23,5%	37,2%	27,0%	40,1%	27,0%
Distrito Federal	49,1%	35,4%	53,9%	31,1%	56,1%	35,8%	50,9%	36,8%

Fonte: IBGE (2020). Dados retirados da tese de doutorado, 2022.



A análise dos dados quantitativos da tese de Lima (2022), com base nas estatísticas do IBGE de 2018 e entre 2016 a 2021, revela avanços tímidos na inclusão de negros na educação superior, especialmente, das mulheres. Ao analisar os dados dos Quadros 01 e 02 verifica-se como as desigualdades raciais e de gênero se manifestam de maneira estrutural no ensino superior brasileiro, especialmente quando observadas a partir das lentes da interseccionalidade e da colonialidade do saber.

A interseccionalidade, conforme formulada por Crenshaw (1991) e aprofundada por Collins e Bilge (2021), nos permite compreender que as experiências das mulheres negras não podem ser analisadas separadamente por gênero ou raça, mas sim como o resultado do entrelaçamento dessas e de outras opressões.

O Quadro 01, que apresenta a distribuição das matrículas por raça, sexo e tipo de instituição em 2018, evidencia-se que as mulheres negras estão majoritariamente concentradas nas instituições públicas (50,3%), ao passo que 58% das mulheres brancas estão matriculadas em instituições privadas. Esse dado revela uma desigualdade socioeconômica que atravessa o acesso à educação superior: enquanto mulheres brancas têm maior poder aquisitivo e mobilidade social, as mulheres negras, historicamente privadas desses recursos, dependem do acesso por meio de políticas públicas de inclusão, como o sistema de cotas, o ENEM e o SISU.

Essa disparidade material se conecta com a ideia de capital econômico de Bourdieu (1996), mas também com a colonialidade do saber descrita por Quijano (2005), que denuncia a imposição histórica de uma racionalidade eurocêntrica que define quem tem o direito de produzir, acessar e validar o conhecimento. Nas universidades, essa lógica se traduz na exclusão epistêmica das mulheres negras, cujos saberes, trajetórias e culturas são frequentemente silenciados ou subalternizados.

Por sua vez, temos no Quadro 02, o reforço dessa análise ao apresentar a evolução das taxas de matrícula por cor/raça entre 2016 e 2019. Em 2016, as mulheres brancas representavam 33,5% das matrículas no ensino superior brasileiro, enquanto as mulheres pretas e pardas somavam apenas 16,8%. Em 2019, os percentuais aumentam para 35,7% e 18,9%, respectivamente, mas a diferença entre os grupos permanece estável. Nos estados de Goiás e do Distrito Federal, essa desigualdade segue o mesmo padrão: as mulheres negras avançam em número, mas continuam em posição desigual em relação às mulheres brancas.



Esses dados evidenciam que, mesmo com o crescimento do acesso, as mulheres negras ainda ocupam lugares periféricos dentro da estrutura universitária. Isso confirma os efeitos persistentes da colonialidade de gênero, como problematizada por Lugones (2010), segundo a qual o colonialismo instaurou uma lógica patriarcal, binária e racializada que ainda molda as instituições contemporâneas — inclusive a universidade. Assim, as mulheres negras não apenas enfrentam barreiras econômicas, mas também simbólicas, como a ausência de representatividade, a escassez de currículos que contemplem sua história e cultura, e a negligência institucional frente as violências epistêmicas que sofrem.

Portanto, os Quadros 01 e 02 não apenas ilustram a desigualdade numérica, mas escancaram o modo como as universidades ainda reproduzem estruturas coloniais de exclusão, mesmo quando promovem políticas de acesso. A partir da interseccionalidade, torna-se possível visibilizar como essas desigualdades se articulam de forma complexa, exigindo que as instituições de ensino superior repensem suas práticas pedagógicas, curriculares e administrativas.

Do mesmo modo, segundo os dados analisados, embora haja avanços numéricos na presença feminina no ensino superior, essa presença não se distribui de forma equitativa entre os cursos. De modo geral, as mulheres, especialmente as negras, concentram-se em áreas marcadas por matrizes de gênero associadas ao cuidado e ao bem-estar. (LIMA, 2022).

Romper com a colonialidade do saber exige desconstruir os mecanismos que legitimam apenas certos sujeitos e saberes e promover um projeto educacional verdadeiramente comprometido com a justiça cognitiva, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2014). Valorizar os saberes afro-brasileiros e indígenas, garantir a permanência estudantil e construir ambientes institucionais acolhedores são passos fundamentais para que o ensino superior deixe de reproduzir desigualdades e se torne, de fato, um espaço de emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero na educação superior, sob uma perspectiva racial, revelam a persistência de estruturas coloniais que afetam a trajetória das mulheres negras no Brasil.



Embora as políticas afirmativas tenham ampliado o acesso, as desigualdades de raça e gênero ainda se mantêm.

A colonialidade do saber continua a marginalizar os saberes e experiências dessas mulheres, enquanto as instituições de ensino reproduzem hierarquias que favorecem quem possui maior capital cultural e econômico. Mesmo com o aumento das matrículas em universidades públicas, a permanência e o sucesso acadêmico das mulheres negras ainda são comprometidos por um ambiente eurocêntrico e excludente.

A interseccionalidade é fundamental para compreender como raça, gênero e classe se articulam na produção das desigualdades, ao mesmo tempo em que reforça a urgência de políticas educacionais mais inclusivas. O movimento feminista negro tem sido central na resistência à colonialidade do saber, promovendo visibilidade e transformação social. Para que as ações afirmativas sejam realmente efetivas, é necessário garantir não só o acesso, mas também condições de permanência e valorização dos saberes das mulheres negras, enfrentando as estruturas coloniais.

Por fim, a descolonização do saber é imprescindível para promover a equidade. Valorizar epistemologias do Sul e construir uma ecologia de saberes são passos essenciais para democratizar o conhecimento e ampliar oportunidades para todas as mulheres, independentemente de sua origem racial.

REFERÊNCIAS

BORGES, Rosane da Silva. **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo/SP: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE. **Sirma. Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.



CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2013.

DAL-FARRA, R. A.; LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67–80, 2014. DOI: 10.14572/nuances.v24i3.2698. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698>. Acesso em: 4 abr. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 5. ed. London: SAGE Publications, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HART, Chris. **Doing a literature review: releasing the social science research imagination**. London: SAGE Publications, 1998.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIMA, Valéria Soares de. **Relações de gênero, desigualdade racial e a política de cotas na educação superior: A Universidade Estadual de Goiás**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73–101, 2010.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2008. p. 59–93.



MIGNOLO, Walter D. **Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, Walter D. **O lado mais escuro da modernidade ocidental: futuros globais, opções decoloniais.** Durham: Duke University Press, 2011.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero; tradução wanderson flor do nascimento.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Colonialismo, modernidade e eurocentrismo: América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul: justiça contra o epistemicídio.** São Paulo: Cortez, 2014.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples.** London: Zed Books, 1999.

YIN, Robert K. **Case study research and applications: design and methods.** 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2017.